

# ESTADO DA ARTE ACERCA DA LEI MARIA DA PENHA: REFLEXÕES E APONTAMENTOS

Rafael Motta Rodrigues<sup>1</sup>, Ana Luiza Salgado Cunha<sup>2</sup>

## RESUMO

O referido trabalho trata-se dos resultados de uma pesquisa atuando há um ano como membro voluntário do Grupo de Pesquisas de Estudos Feministas: Gênero, Diversidade e Sexualidade - VIVA'S, onde o objetivo principal do texto é quantificar e analisar a produção de trabalhos acadêmicos envolvendo a Lei Maria da Penha. O trabalho teve como metodologia o Estado da Arte, onde foi realizado um recorte dos anos de 2001 a 2023, analisando a pré e pós sanção da Lei no Brasil, usando os descritores de "violência contra a mulher", "Lei Maria da Penha" e "Violência Doméstica" dentro das plataformas de pesquisa Catálogo de Teses e Dissertações do Capes e Scielo. Apresentando o resultado de 248 trabalhos encontrados, nesse ponto, apresenta-se a discussão de vários eixos sociais dentro dos trabalhos encontrados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado da Arte, Lei Maria da Penha, Violência contra a mulher

**STATE OF THE ART ABOUT KNOWLEDGE OF THE MARIA DA PENHA LAW:**  
reflections and notes

## ABSTRACT

This work is the results of a research carried out for a year as a voluntary member of the Feminist Studies Research Group: Gender, Diversity and Sexuality - VIVA'S, where the main objective of the text is to quantify and analyze the production of academic work involving the Maria da Penha Law. The work had as its methodology the State of the Art, where a cut was made from the years 2001 to 2023, analyzing the pre and post sanction of the Law in Brazil, using the descriptors of "violence against women", "Maria da Penha Law" and "Domestic Violence" within the Capes and Scielo Catalog of Theses and Dissertations research platforms. Presenting the results of 248 works found, at this point, the discussion of various social axes within the works found is presented.

**KEYWORDS:** Maria da Penha Law, State of the Art, Violence against women

1. Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), bolsista de Iniciação Científica (CNPq - AF) do Grupo de Pesquisas em Estudos Feministas: Gênero, Diversidade e Sexualidade
2. Professora Assistente do DFCH/UESB. Doutora em Educação (UFSCAR), Pedagoga e Mestre em Educação (UFV)

## INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de um ano de pesquisa como voluntário no Grupo de Pesquisa de Estudos Feministas: Gênero, Diversidade e Sexualidade - VIVA'S, que tem como objetivo central estudar e compreender as relações entre feminismo, epistemologia e participação da mulher em sociedade, elaborando reflexões quanto a temática feminismo e participação política de mulheres. Neste escopo, focamos na Violência contra a mulher no Brasil, fenômeno que segue sendo recorrente, nos mais diversos tipos de agressão (Brasil,2006)

A Lei Maria da Penha Nº 11.340/2006 tem seu grande início na luta de Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher vítima de arma de fogo, que após seu marido atirar contra ela, ficou paraplégica. A história de Maria da Penha foi emblemática, pois ela enfrentou diversas barreiras no sistema judiciário para que seu agressor fosse punido. Sua luta culminou em uma ação junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que responsabilizou o Brasil pela ineficiência de sua Justiça. Após o escândalo internacional que o caso teve, entidades internacionais cobraram o país por omissão de violência, forçando o mesmo a realizar uma revisão de políticas públicas para a proteção de mulheres (CFEMEA, 2009).

A lei traz uma série de medidas para proteger as mulheres, como a criação de juizados especializados, a concessão de medidas protetivas e o aumento das penas para os agressores. Além de ser um marco na proteção dos direitos das mulheres, a lei representa um avanço na conscientização sobre a violência de gênero no Brasil. Compreendendo a importância desta Lei, esta pesquisa tem como objetivo geral quantificar a produção acadêmica brasileira sobre a Lei Maria da Penha a partir de 2006, quando foi sancionada.

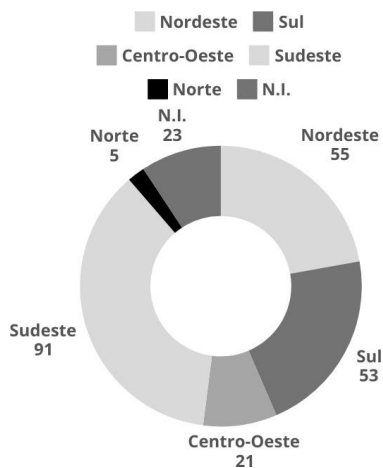
## MATERIAIS E MÉTODOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o objetivo de quantificar a produção acadêmica brasileira sobre a Lei Maria da Penha a partir de 2006, através de um levantamento do estado do conhecimento, buscando construir uma visão abrangente e atualizada sobre a legislação, suas implicações, impactos e desafios, descrevendo e analisando a Lei, para entendimento mais profundo do tema.

Segundo Almeida Ferreira (2002), o Estado da Arte (E.A), é usado para discutir e mapear a produção acadêmica. Aqui, foram utilizadas as palavras-chave: Violência

contra a mulher; Lei Maria da Penha e; violência doméstica nas plataformas do Catálogo de Teses & Dissertações do CAPES e Scielo, entre 2001 e 2023. Os dados foram também por região. Foram encontrados 248 trabalhos:

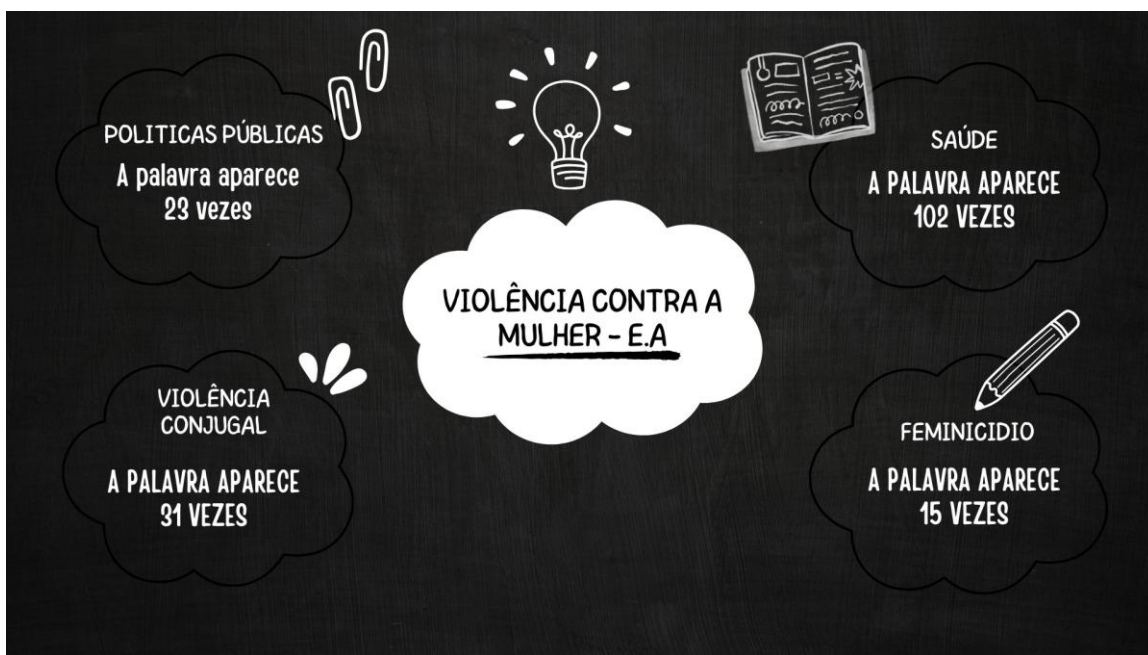
**FIGURA 1: PRODUÇÃO POR REGIÃO**



Fonte: produzido pelos autores

É notável a predominância de textos produzidos no Sudeste, isso pode ter relação com o número de universidades e maior investimento na pesquisa. Quanto aos temas, os mais frequentes foram:

**FIGURA 2: TEMAS CENTRAIS**



Fonte: criado pelos autores

O debate sobre as questões que envolvem a segurança e o bem-estar das mulheres no território nacional e a Saúde são frequentes. Também, é predominante o tema da violência conjugal quando, estruturalmente, o homem possui um papel superior ao da mulher e a violência é naturalizada (Souto e Braga, 2009). A evidência do papel de gênero é notável, mostrando que a sociedade permanece patriarcal, reafirmando a desigualdade de gênero em todo país. O Femicídio é outro tema recorrente, definido pela Lei Nº 13.104/2015 como homicídio por razões da condição de sexo feminino, a morte pela simples razão de ser mulher. Os estudos crescentes sobre o tema mostram o quanto o assunto é pesquisado e suas nuances no eixo acadêmico, evidenciam diferentes caminhos do tema e sua atualidade.

## CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

As pesquisas realizadas nos mostram o quão importante é o debate a discussão sobre os assuntos, dentro e fora do eixo acadêmico. O E.A nos promove uma visão de como anda a perspectiva e ação da Lei 11.340/2006 dentro do que tange as pesquisas, seja elas em grupos sociais e até na análise de documentos relatando a promoção e eficácia da mesma.

O VIVA'S promove um espaço amplo, discursivo e dialógico, nos levando a refletir e pensar sobre nosso lugar no mundo, assim como, em privilégios e desigualdades sofridas no âmbito social, envolvendo questões como sexualidade, gênero, raça e as violências cometidas devido às questões anteriores.

O debate e a análise desses dados está muito além do que uma simples violência, podendo chegar a vários eixos nos quais demandaria mais pesquisas e aprofundamentos. Um dos eixos a ser sim pesquisado, é o da Educação Sexual, um assunto ainda pouco pesquisado e acobertado pelo público conservador e ignorante, onde os mesmos tem como definição o “ensinar a fazer sexo”. A Educação Sexual vai além desse estereótipo, tendo até como embate, a questão do ensino da Desigualdade de Gênero e com foco na eliminação do pensamento machista.

A análise da Educação Sexual no ensino regular, colabora e tem como uma de suas pautas, o desenvolvimento do pensamento crítico e social, colaborando para a desmistificação dos estereótipos sexuais, diminuindo assim o preconceito, homofobia e entre outros (Leão, Leão e Ribeiro, 2024). A iniciação científica voluntária promoveu um aprofundamento e a possibilidade de estudar sobre a área de diversidade,

sexualidade e gênero e assim, entender a importância de pesquisar e analisar esses dados de forma científica, passando assim, esse conhecimento para frente colaborando para com a sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Dulcielly Nóbrega de. **Violência contra a mulher** [recurso eletrônico] / Dulcielly Nóbrega de Almeida, Giovana Dal Bianco Perlin, Luiz Henrique Vogel. Alessandra Nardoni Watanabe (org.). – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020. – (Série lei fácil; n. 1) Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/viol%C3%AAncia contra mulher Almeida.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/viol%C3%AAncia%20contra%20mulher%20Almeida.pdf)
2. Anuário Brasileiro de Segurança Pública / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006)- . – São Paulo: FBSP, 2024. 404 p.: il.
3. BRASIL. Presidência da República. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340 de 2006**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11340.htm). Acesso em 21 de setembro de 2024.
4. BRASIL. Presidência da República. **Lei Maria da Penha: Lei nº 13.140 de 2015** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm). Acesso em 21 de setembro de 2024.
5. CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Lei Maria da Penha: do papel para a vida: comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário**. Brasília: MDG3 Fund, 2009.
6. LEÃO, A. M. de C.; LEÃO, A. M. de C.; RIBEIRO, P. R. M. **Historicização da educação sexual no Brasil pós PNE e BNCC: Entre embates e possibilidades**. DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 25, n. 00, p. e024002, 2024. DOI: 10.30715/doxa.v25i00.18581. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/18581>. Acesso em: 21 de set. 2024.
7. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Violência contra as mulheres**. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 22 set. 2024.
8. PESSOA, A M. **Aspectos preventivos e políticas públicas no enfrentamento à violência contra as mulheres**. Anais X Congresso Brasileiro de Direito de Família - Famílias Nossas de Cada Dia. Belo Horizonte. 2015.
9. SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T. **Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência**

**contra a mulher.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 2, p. 205-216, 2009.

10. SOUTO, C. M. R. M.; BRAGA, V. A. B. **Vivências da vida conjugal: posicionamento das mulheres.** Revista brasileira de enfermagem, v. 62, n. 5, p. 670–674, 2009.